

## Sociolinguística educacional: ampliando a competência de uso da língua

Luís Carlos de Oliveira<sup>1</sup>

Universidade Federal de Juiz de Fora

Lúcia Furtado de Mendonça Cyranka<sup>2</sup>

Universidade Federal de Juiz de Fora

**Resumo:** Este artigo procura demonstrar como a Sociolinguística e seus pressupostos podem ampliar a competência linguística de alunos em processo de compreensão e domínio da língua. Um dos recursos é levá-los a pensar o uso da língua segundo os mais diversificados contextos sociais e interacionais, e possibilitar que compreendam que a língua é heterogênea, sofre variações e mudanças, processos que estão também relacionados à diversidade sociocultural. Para isso, uma pesquisa-ação foi realizada com alunos do nono ano de uma escola particular de Juiz de Fora, MG, que investigaram, em notícias e reportagens, os efeitos da mudança linguística a partir do uso dos pronomes relativos como processo representativo da variação da língua. Em vista disso, foi possível observar que os alunos assimilaram o conceito de variação linguística e perceberam, a partir das atividades realizadas, que a língua é heterogênea e mutável.

**Palavras-chave:** Ensino. Sociolinguística Educacional. Variação. Mudança linguística.

### Introdução

Já é fato consagrado que uma língua carrega em si aspectos muito específicos de um povo. Portanto, é indiscutível afirmar que a nossa língua constitui-se como uma das expressões mais significativas, se não a mais dentre todas, de nossa identidade social, política e cultural.

Em um momento histórico em que as instituições escolares e, conseqüentemente, o ensino formal deixam de ser exclusividade de uma elite socioeconômica minoritária, torna-se fácil perceber, principalmente no espaço da sala de aula, a grande diversidade de registros e de variedades linguísticas que os alunos trazem consigo. Em função da democratização do ensino, a escola tornou-se, então, o local onde a diversidade linguística revela toda uma

---

<sup>1</sup> Professor de Língua Portuguesa da Faculdade Metodista Granbery e da pós-graduação dessa mesma instituição. É mestrando da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (MG). E-mail: luisjfm@gmail.com.

<sup>2</sup> Professora adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora e desenvolve trabalhos no programa de Pós-graduação da FAGED. Desenvolve projetos na área da Sociolinguística Educacional e em formação de professores. E-mail: lucia.cyranka@uol.com.br.

diversidade social, política e cultural. Entretanto, mesmo com tantas mudanças, ainda é comum uma forte tradição escolar que considera que o trabalho com a língua portuguesa na escola deve priorizar o ensino da norma padrão, reafirmando, cada vez mais, o conceito de homogeneidade linguística.

Tendo em vista essas considerações, o texto aqui apresentado objetiva conduzir o leitor a uma reflexão a respeito de como a implantação da Sociolinguística no espaço da sala de aula pode contribuir para ampliar a competência de uso da língua portuguesa por alunos do ensino fundamental.

Portanto, a partir dessas ideias, foi possível desenvolver uma proposta de ensino que procura demonstrar como a Sociolinguística Educacional pode subsidiar as práticas pedagógicas no ambiente escolar, de modo a levar os alunos a respeitarem e compreenderem a diversidade a que estão expostos, a língua que usam e o próprio falante.

Para a efetivação dessa proposta, duas questões nortearam este trabalho: a) A compreensão do fenômeno da variação linguística pode realmente contribuir para o aprimoramento da competência linguística do aluno? b) É possível levar os alunos a terem consciência do processo de variação da língua a partir do olhar da Sociolinguística? Tais questionamentos foram colocados em prova a partir de uma pesquisa-ação realizada com alunos do nono ano do ensino fundamental de uma escola particular de Juiz de Fora, Minas Gerais, como veremos mais adiante neste texto.

## 1. A variação linguística e a Sociolinguística Educacional

É por meio do exercício da linguagem que o homem constrói e reconstrói sua relação com a natureza e com outros da sua espécie. Partindo desse pressuposto, língua e sociedade não podem ser concebidas uma sem a outra. Foi com base nessa premissa que a Sociolinguística surgiu nos últimos anos da década de 60, principalmente com as pesquisas de William Labov, linguista norteamericano que enxergou um princípio básico, o de que a língua sofre variações e deve ser vista e analisada segundo a sua relação com a sociedade que a utiliza. A Sociolinguística, portanto, tem como objetivo maior estudar a língua em uso, dados os contextos sociais reais em que é utilizada.

Esse princípio nos revela o caminho da heterogeneidade linguística, o que significa afirmar que as línguas estão constantemente em processo de mudança, sofrem alterações lexicais, morfossintáticas, fonético-fonológicas, pragmático-discursivas. Pelo seu dinamismo, é possível, então, anunciar o caráter heterogêneo das línguas naturais humanas determinado pela variação.

Tendo em vista o olhar apurado da Sociolinguística sobre o desenvolvimento da linguagem humana, acreditamos que seja possível criar uma proposta didática e metodológica capaz de ampliar, na sala de aula, o conhecimento e o uso do português brasileiro. Trata-se de um modelo que leva em conta a significativa importância dada aos contextos sociais e interacionais mais variados, próprios de instâncias formais, como também informais, em que o indivíduo estiver inserido. Sobre isso, orientam os PCNs (1998, p. 31):

No ensino-aprendizagem de diferentes padrões de fala e escrita, o que se almeja não é levar os alunos a falarem certo, mas permitir-lhes a escolha da forma de fala a utilizar, considerando as características e condições do contexto de produção, ou seja, é saber adequar os recursos expressivos, a variedade de língua e o estilo às diferentes situações comunicativas: saber coordenar satisfatoriamente o que fala ou escreve e como fazê-lo saber que modo de expressão é pertinente em função de sua intenção enunciativa... a questão não é de erro, mas de adequação às circunstâncias de uso, de utilização adequada da linguagem.

Sob este ponto de vista, vale ressaltar que uma proposta educacional de ensino de língua que negue reflexões sociais e fatores interacionais próprios de práticas linguísticas reais resulta em atividades didáticas sem significação concreta e, conseqüentemente, valida a sistematização de preconceitos diversos. Dentre estes, o de que quem não emprega uma linguagem prestigiada, pautada em normas mais rígidas de uso, é considerado ignorante, mal-educado e faz uso de uma linguagem errada e desprestigiada.

O trabalho reflexivo com a Sociolinguística na sala de aula pode contribuir para reduzir esse olhar discriminatório sobre a língua, que inclusive já é considerado por muitos um pensamento ultrapassado. Trata-se, porém, de um fato real, concreto e vivido na pele por cidadãos que pertencem a camadas menos privilegiadas socioeconomicamente e cuja linguagem é, muitas vezes, considerada inferior, pobre, de baixo nível, assim como também o é a cultura de quem a emprega.

A respeito dessas reflexões, Magda Soares (2000, p. 40) argumenta:

Graças, pois, à evidência antropológica e sociolinguística, é hoje aceita facilmente por todos a afirmação dos especialistas de que as línguas são apenas *diferentes* umas das outras e que a avaliação de “superioridade” ou “inferioridade” de umas em relação a outras é impossível e cientificamente inaceitável.

Essa mesma proposta que aqui defendemos pode corroborar para a compreensão de que a língua muda e deve ser usada de formas diversas, levando em conta, principalmente, a identidade social do falante que a emprega, como bem expõe Cyranka (2011, p. 144):

A Sociolinguística, considerando a contraparte social da linguagem, oferece o caminho para o tratamento adequado da heterogeneidade linguística na escola. Para essa ciência, a variação e a mudança linguísticas são processos naturais e têm motivações várias, entre elas, a identidade dos falantes dentro de seu grupo social e até mesmo de localidade geográfica.

Desfazer esses (pré) conceitos e promover um ensino em que a diversidade linguística seja fruto da diversidade social é um dos grandes veios norteadores dessa proposta de ensino. Não se trata, lógico, de reafirmar que variedades desprestigiadas devam ser as únicas a serem valorizadas socialmente, tampouco privilegiar o domínio das normas exigidas pelas gramáticas tradicionais, mais conservadoras, como a única linguagem ideal e correta. Pretende-se, na verdade, levar o aluno a perceber que, para cada situação comunicacional, deve ser empregada uma variedade de língua adequada, principalmente em instâncias mais formais de uso do português, onde é exigido o monitoramento mais formal da língua.

Assim, vale ressaltar a necessidade de o estudante ter consciência de que o português sofre mudanças cujas causas estão concentradas em aspectos sociais, econômicos, históricos, regionais, etários dentre outros. Somente a partir de atividades que revelem essa verdade é que o aluno compreenderá que a língua é constituída por uma estrutura variacional e, conseqüentemente, aprenderá a usá-la segundo critérios adequados a contextos interacionais específicos. Sobre isso, Faraco (2007, p. 46-47) propõe que

[...] nosso grande desafio, neste início de século e milênio, é reunir esforços para construir uma pedagogia da variação linguística que não escamoteie a

realidade linguística do país (reconheça-o como multilíngue e dê destaque crítica à variação social do português); não dê tratamento anedótico ou estereotipado aos fenômenos da variação; localize adequadamente os fatos da norma culta/comum/*standard* no quadro amplo da variação e no contexto das práticas sociais que a pressupõem; abandone criticamente o cultivo da norma-padrão; estimule a percepção do potencial estilístico e retórico dos fenômenos da variação.

Tendo em vista essas discussões, temos a intenção de desenvolver uma pedagogia, fundamentada no processo de educação sociolinguística, que vislumbra as reflexões a respeito da heterogeneidade linguística própria de línguas naturais, como o português do Brasil.

Com base nesse panorama, é possível levar o aluno a refletir criticamente sobre o mito da homogeneidade linguística que vem sendo colocado em dúvida a partir dos pressupostos que revelam que as línguas são, na verdade, marcadas por regras variáveis e sujeitas a mudanças. Esse arcabouço teórico demonstra, portanto, que as línguas não se constituem como um sistema de regras fixas. É preciso que os alunos compreendam que, quando nos referimos ao uso da língua, o que há, na verdade, não são “erros” nem “acertos”, mas que ocorrem adequações e inadequações quanto ao uso que fazemos do português, dadas as variedades linguísticas de que dispomos para nos comunicar e interagir socialmente.

Essa proposta de trabalho que amplia a competência do aluno é destacada também por Bortoni-Ricardo (2005, p. 128) ao apontar: “É objetivo da pedagogia culturalmente sensível criar em sala de aula ambientes de aprendizagem onde se desenvolvam padrões de participação social, modos de falar e rotinas comunicativas presentes na cultura dos alunos”.

Bortoni-Ricardo (2009, p. 2) reconhece a importância da Sociolinguística no espaço escolar não apenas com o objetivo de levar o aluno a compreender os fenômenos da linguagem, mas também para fazê-lo entender os fenômenos sociais, a eles ligados diretamente. É tarefa da Sociolinguística Educacional favorecer estratégias de ensino que aprimorem o trato com a língua na sala de aula. A autora acrescenta:

Desde o seu berço a Sociolinguística, tanto na sua vertente variacionista quanto na sua vertente qualitativa, demonstrou preocupação com o desempenho escolar de crianças provenientes de diferentes grupos étnicos ou redes sociais. Desde então muito tem contribuído para os avanços na pesquisa das questões educacionais em diversos países do mundo, principalmente nas últimas quatro décadas.

Por isso, para ampliar o conhecimento da língua portuguesa é necessário o aluno ter acesso a uma variedade linguística mais prestigiada, sem desvalorizar aquela que ele domina desde sempre.

Assim, a escola deve possibilitar ao aluno o domínio de outras variedades da língua além daquela que ele já possui: variedade de origem. A língua deve ser apresentada, a partir desse ponto de vista, como um sistema social, político, cultural e linguístico pautado em regras, em normas sociais de uso em que está disponibilizada representativamente toda uma estrutura linguístico-gramatical comum aos membros de uma mesma comunidade de fala. A comunidade de falantes de uma dada língua, seja ela qual for, expressa, por meio de seu idioma, todos os aspectos culturais, políticos e ideológicos, bem como suas crenças religiosas e seu folclore. Para isso, as comunidades estabelecem-se em normas de comportamento linguístico muito específicas que atendem às suas necessidades comunicativas e culturais. É o que bem afirma Lucchesi (2002, p.66) ao observar que o

[...] conjunto de valores subjetivos profundamente determinados por fatores sociais, culturais e ideológicos, que é a norma, está intimamente relacionado às tendências e aos padrões de comportamento linguístico que se observam numa comunidade, o que também é norma.

Esse conceito de norma foi introduzido na dicotomia saussuriana de *langue* e *parole* pelo linguista romeno Eugenio Coseriu (1979), para quem não há norma sem organização e, conseqüentemente, sem gramática. Por isso, é importante que o aluno tenha consciência de que existem várias normas como, por exemplo, a norma que é recorrente em um determinado grupo social que emprega construções como “A gente vai”, “Nóis foi” ou “Os meu fio tá tudo viajanu”. Os falantes dessa construção normatizaram uma estrutura gramatical que atende às suas necessidades comunicativas, culturais e sociais, fato que não constitui erro linguístico, mas uma adequação do falante tendo em vista o processo de variação da língua e sua realidade.

Dadas essas ideias, o aluno precisa, então, compreender que a norma culta, dentre a diversidade de normas linguísticas existentes, deve ser conhecida e usada em situações que exijam maior monitoramento da língua, mas, para isso, é necessário que ele conheça sua língua, inclusive como expressão de constantes mudanças.

A escola, atualmente, leva o aluno a fazer exercícios de metalinguagem, mas poucos exercícios de uso efetivo da língua e, por ser ela a agência responsável por possibilitar o avanço do aluno, ao adotar essas práticas tradicionais de ensino, impede esse avanço porque prioriza o ensino descritivo do português através da norma padrão e de exercícios meramente estruturais sem finalidade objetiva, o que não o torna competente no domínio das variedades prestigiadas de seu idioma.

Por isso, é necessário tratar o conceito coceriano de norma em sala de aula e assinalar as diferenças entre norma culta e norma padrão. Para Faraco (2008), a norma culta urbana, também conhecida como norma culta/comum/*standard*, revela uma linguagem mais monitorada e funcional utilizada em situações mais formais de uso do português. Trata-se de uma variedade da língua empregada por falantes que possuem alto grau de letramento e que pertencem a esferas socioeconômicas privilegiadas. Entretanto, é uma variedade linguística viva, real e usada no cotidiano de vários brasileiros. Já a norma padrão constitui um sistema de regras fixas – cristalizadas e abstratas – e imutáveis para padronizar a língua e expressar um controle social, político e ideológico por aqueles que a empregam. Essa distinção é bem marcada por Faraco (2008, p. 73):

Enquanto a norma culta/comum/*standard* é a expressão viva de certos segmentos sociais em determinadas situações, a norma-padrão é uma codificação relativamente abstrata, uma baliza extraída do uso real para servir de referência, em sociedades marcadas por acentuada dialetação, a projetos políticos de uniformização linguística.

O ensino de língua, vinculado a valores sociais e culturais e que promove a ascensão do indivíduo como cidadão dotado de deveres e também de direitos, é uma realidade a ser alcançada por meio de um processo de ensino que valoriza a heterogeneidade linguística e a mudança na língua para possibilitar a ampliação da competência de uso do idioma materno.

## 2. Por uma Sociolinguística Educacional concreta – a descrição de uma proposta

Para tornar as reflexões concretas, a proposta apresentada foi construída por meio de uma pesquisa-ação realizada com alunos de uma turma do nono ano de uma escola particular de Juiz de Fora, Minas Gerais. O enfoque desse trabalho se fundamentou nos postulados da

Sociolinguística e avançou pelas contribuições da Sociolinguística Educacional, para revelar uma experiência bem sucedida a respeito do trabalho escolar com a língua portuguesa.

O objetivo e ponto de partida para essa proposta teve origem na necessidade de levar nossos alunos a ampliarem o domínio do português, principalmente quanto à reflexão sobre o uso real e adequado dos pronomes relativos em textos que exijam maior grau de monitoramento. Para isso, temos clara a ideia de que não nos basta imprimir as regras gramaticais a respeito dos pronomes relativos: é necessário observar como esses elementos da língua são efetivamente empregados em gêneros textuais de domínio público.

Tendo isso em vista, foram selecionados os gêneros do discurso jornalístico como objeto de estudo para analisar o processo de variação em uso dos pronomes relativos no português do Brasil. Essa seleção se deu a partir de alguns fatores significativos: a) trata-se de gêneros, como notícias e reportagens mais especificamente, que já são de conhecimento dos alunos e que foram estudados por eles – dadas suas características linguísticas, discursivas e sociais; b) são também textos em que ocorre um bom grau de monitoramento linguístico e estilístico e c) constituem-se como gêneros textuais amplamente difundidos, de fácil acesso, em comunidades mais letradas e de caráter urbano.

## 2.1. As fases de uma pedagogia sociolinguística

Tendo como ponto de partida a leitura e análise de textos em sala de aula, que traziam reflexões sobre o processo de variação da língua, heterogeneidade linguística, o conceito de norma linguística e a língua como instituição social, foram desenvolvidas, com os alunos do nono ano, atividades que favorecessem a compreensão dos fenômenos de variação linguística.

Em se tratando dessas análises, foram realizadas com a turma abordagens quanto a aspectos discursivos que regem a produção e compreensão de um texto, tais como: a finalidade de criação de um gênero textual, os suportes de publicação/divulgação dos textos, os possíveis leitores de cada gênero e, conseqüentemente, a linguagem apropriada a cada gênero de texto.

Todos esses aspectos contribuem para ampliar o processo de letramento do aluno valorizando o acesso às mais diversas práticas sociais em que ele está ou estará inserido. Essa reflexão é compartilhada por Rojo (2009, p. 102), ao apontar que:



[...] as abordagens mais recentes dos letramentos, em especial aquelas ligadas aos novos estudos do letramento (NEL/NLS), têm apontado para a heterogeneidade das práticas sociais de leitura, escrita e uso da língua/linguagem em geral em sociedades letradas e têm insistido no caráter sociocultural e situado das práticas de letramento.

Após as discussões sobre variação e mudança, os alunos tiveram acesso ao conceito de pronomes relativos e às regras ditadas pelas gramáticas normativas, a respeito do emprego desses elementos. Foi nessa etapa que eles descobriram a funcionalidade textual dos pronomes como elementos de coesão/referenciação textual, para a retomada de termos anteriores a eles, mecanismo próprio das relações linguístico-gramaticais dos pronomes relativos. Assim, os pronomes “que”, “o qual” e flexões, “onde”, “quanto” e “cujo” e flexões foram estudados, reconhecidos e analisados em atividades que valorizavam as regras da gramática tradicional.

Para haver maior domínio do emprego dos pronomes relativos em situações mais formais de uso, atividades estruturais foram realizadas por escrito, a fim de que os estudantes pudessem se apropriar do emprego desses elementos da língua e compreender como devem ser usados na escrita mais monitorada.

A utilização das regras padronizadas pela gramática normativa teve seu lugar assegurado no processo de ensino de língua, entretanto como uma prática que procura explorar, de forma mais abrangente, a gramática reflexiva, principalmente quando se tratava de gêneros textuais que exigiam maior grau de letramento e monitoração.

Vale ressaltar que, durante as aulas em que foram trabalhadas as regras de uso dos relativos, o estranhamento dos alunos com construções que atendem à variedade padrão, mas que até então eram desconhecidas para eles, permaneceu. Estruturas como “O artista de cuja obra eu gosto muito fará uma exposição na cidade”, que exigem o conhecimento de regência verbal e do uso do pronome *cujo* como indicador da relação de posse, provocaram discussão na turma e possibilitaram a identificação de formas diferentes de usar a língua, inclusive formas mais monitoradas que exigem apuro linguístico e estilístico. Mostrar estruturas linguísticas como essa, próprias de uma variedade linguística mais prestigiada, e ampliar, por meio de exercícios, o uso dos pronomes relativos para além daqueles que ocorrem no cotidiano dos alunos, constituiu objetivo central de um projeto como este.

Após essa fase de estudo sistemático dos pronomes relativos, foi feita aos alunos do nono ano uma proposta de pesquisa linguística. De posse de jornais e revistas, eles foram orientados a realizar a leitura de notícias e reportagens presentes nesses suportes de texto, anotando e observando: (a) o nome do jornal e a data de publicação; (b) o gênero textual lido (notícia ou reportagem); (c) emprego dos pronomes relativos *que*, *o qual* (flexões) e *cujo* (flexões) segundo a variedade padrão; (d) transcrição de trecho do texto analisado em que há ocorrência dos pronomes; (e) a quantidade de textos lidos/analizados e (f) a recorrência de emprego dos relativos.

Foi durante essa atividade que questionamentos sobre os relativos surgiram e, por isso, constantemente os alunos consultavam os próprios colegas e também se dirigiam ao professor questionando-o quanto ao emprego desses pronomes. Foi nesse ambiente que os conceitos e regras anteriormente trabalhados vieram à tona e se reafirmaram no processo de aprendizagem da língua. Nessa fase, foi surpreendente a postura de um aluno, cujo perfil era de desinteresse pela disciplina de Português, ao explicar a uma colega da turma a distinção entre os gêneros notícia e reportagem, fato que conferiu o envolvimento dos alunos no processo de ensino-aprendizagem.

Ainda durante essa atividade, alguns alunos reconstruíram o conceito de pronomes relativos, principalmente do *que*, quando retoma um termo anterior a ele, como processo de referenciação textual, distinguindo-o de outros usos, com função de pronome interrogativo, de conjunção subordinativa e outros. Curiosidades sobre os temas e assuntos abordados nas matérias lidas também foram levantadas pelos alunos durante o trabalho como, por exemplo, reciclagem e ecologia, mobilização social e política, descontos nas contas de luz entre outros.

Nessa etapa do trabalho, os alunos tiveram liberdade para folhearem os jornais e escolherem as notícias e reportagens que lhes chamassem atenção. Esse procedimento, apesar de confuso para alguns em vista da não intimidade com o suporte textual, possibilitou o contato com gêneros textuais em seus originais, estratégia que favoreceu o contato direto com o texto e a realização de um processo de letramento real.

Já em uma segunda fase, os estudantes foram divididos em grupos de até cinco indivíduos para, neles, partilharem as análises feitas, as curiosidades e coletarem as informações a respeito da pesquisa proposta. Com base numa leitura quantitativa e fundamentando-se na quantidade de gêneros textuais lidos, cada grupo contabilizou o número

de ocorrências dos pronomes relativos *que*, *o qual* (flexões) e *cujo* (flexões) encontrados nos textos lidos e respondeu às seguintes questões: (a) Que observações vocês fazem a partir do uso do pronome relativo *que* nos textos analisados?; (b) Quantos textos foram analisados no grupo?; (c) Qual o número de ocorrências, nesses textos, dos pronomes relativos *que*, *o qual* e flexões e *cujo* e flexões?; (d) A que conclusões se pode chegar sobre o emprego desses pronomes em textos jornalísticos?; (e) As regras ditadas pelas gramáticas normativas são efetivamente seguidas em textos jornalísticos escritos?; (f) Qual é a relação entre o uso da língua e o processo de mudança linguística?

## 2.2. As conclusões da pesquisa (sócio)linguística

A partir dessas questões, já em uma roda de conversa com todos os alunos, algumas conclusões foram levantadas pela turma a respeito das análises feitas e compartilhadas. Segundo observaram, o relativo *que* predomina nos textos jornalísticos sobre os demais pronomes, fato que promove um exagero no emprego desse elemento nos textos lidos, tornando a leitura muitas vezes “chata e cansativa” – posicionamento da maioria dos alunos. Concluíram que os relativos *o qual* e *cujo* são menos recorrentes nesses textos e que, muitas vezes, *o qual* é substituído por *que*, talvez porque o escritor não saiba usá-lo ou porque não faz parte de seu repertório linguístico. Já quanto ao *cujo*, puderam observar que não necessariamente é substituído pelo *que*, entretanto, também é pouco recorrente em notícias e reportagens. O emprego do relativo *onde*, apesar de esse pronome não estar listado entre os elementos destacados para análise, despertou interesse pela diversidade de usos: foi usado para retomar ideias de lugar, de tempo ou mesmo de situação, contextos de aplicabilidade não sugeridos pelas gramáticas normativas.

No transcorrer da conversa, os alunos inferiram que o relativo *que* é predominante em suportes textuais que têm circulação mais restrita, regional, como no Tribuna de Minas, jornal local da cidade de Juiz de Fora, que atende a um público leitor também específico. O *cujo*, por exemplo, surgiu em textos extraídos de jornais de circulação mais abrangente, nacional, como O Estado de S. Paulo, O Globo e Folha de S. Paulo, que atendem a um público mais diversificado de modo que devem adequar a linguagem a esse público leitor, em virtude, inclusive, dos assuntos neles abordados. Foi durante essa fase que os alunos perceberam que

as regras propostas pelas gramáticas mais conservadoras nem sempre são seguidas, nem mesmo em textos que eles consideravam “bem escritos”, como os jornalísticos, conforme comenta uma aluna: *“Nós, no grupo, percebemos que nem todos os textos que lemos seguem as regras que estudamos nas gramáticas, que é diferente do que as gramáticas ensinam, como no exemplo do onde que é usado pra indicar um momento, e não um lugar fixo”*.

É nesse contexto que a reflexão sobre a mudança linguística e sobre a variação se instaura. Os alunos concluíram que o processo de mudança linguística se dá em todas as instâncias, a partir de diversos textos, em diversas classes sociais e econômicas, como ocorre com os pronomes relativos que, segundo eles, estão em processo de modificação, como comenta um dos alunos no decorrer da aula: *“Parece que os pronomes o qual e cujo estão sumindo, estão desaparecendo e, no lugar deles, a gente, o brasileiro, tá usando mais o que, né?”*.

Foi necessário, aqui, o professor interferir e refletir com os alunos sobre o uso adequado desses elementos da língua. Eles são próprios de situações mais ou menos formais, em que o monitoramento da linguagem deve ser levado em conta para atender às necessidades comunicativas. O professor assinalou para a turma que é preciso usar uma variedade linguística mais prestigiada para atender a uma demanda que a exige, como naqueles textos jornalísticos, por exemplo. Sobre a monitoração da língua e a análise discursiva a partir dos textos lidos e dos possíveis leitores, um dos alunos faz a seguinte observação sobre o relativo *o qual*: *“Tem pessoas que não têm muita escolaridade e, por isso, até sabem que o qual existe, mas não sabem a função dele no texto. Por isso que esse pronome não aparece em muitas notícias de jornal aqui da nossa cidade porque muita gente nem sabe o que ele significa. Mas acho que pode aparecer em textos mais detalhados e com outros assuntos como política ou economia que são lidos por outras pessoas que estudam mais”*.

Outro aluno também faz uma reflexão mais sistemática quanto aos recursos linguísticos de que o usuário da língua dispõe para se comunicar. Quanto aos pronomes relativos *o qual* e *que*, o aluno comenta: *“E a gente pode até usar ele (o qual) pra substituir o ‘que’ quando é usado muitas vezes no texto”*.

Essas reflexões reforçam as intenções apresentadas neste artigo, a de que o ensino de língua portuguesa, pautado nas concepções da variação linguística e da Sociolinguística

Educacional, pode contribuir para aprimorar o pensar sobre a língua como uma instituição social e heterogênea, além de favorecer a competência de uso dela.

### 2.3. A última fase: a interdisciplinaridade e as conclusões gerais

Para encerrar esta análise linguística e sistematizar o que foi aprendido, os alunos tiveram a oportunidade de quantificar os dados levantados construindo gráficos de setor e de barras a partir de algumas noções de estatística.

Nessa etapa final, o professor de Matemática da turma foi convidado a fazer parte do trabalho. Ele desenvolveu com os alunos noções gerais de Estatística: apresentou a estatística quantitativa e a qualitativa, a frequência absoluta e a relativa, as variáveis estatísticas, e exemplificou tudo isso com a leitura de gráficos e de tabelas por ele construídos. Em seguida, orientou os grupos a construírem, a partir dos dados coletados, seus próprios gráficos.

Essa atividade interdisciplinar, que foi acompanhada pelo professor de Língua Portuguesa, promoveu uma releitura do aprender gramática e ampliou o repertório linguístico dos alunos, a partir do ponto de vista científico de estudo da língua, assinalando o processo de mudança linguística.

Cada grupo, assim, apresentou oralmente para a turma os resultados coletados, tendo em vista a leitura dos gráficos construídos e as conclusões a respeito dos pronomes relativos. Os alunos realizaram a leitura da frequência relativa e da frequência absoluta apresentadas nas tabelas e analisaram a porcentagem de ocorrência dos pronomes na distribuição dos gráficos, observando, inclusive, o grau do ângulo para cada ocorrência dos pronomes.

Puderam concluir que, a partir dos resultados obtidos por cada grupo, os gráficos apresentaram semelhanças quanto às análises, com porcentagens próximas em relação ao uso do pronome *que* como predominante nos textos jornalísticos (como pode ser observado nos dois gráficos a seguir) e constataram que a língua não é uma entidade homogênea, como apontam as gramáticas normativas. É a conclusão a que chegou um dos alunos quando apresentava o trabalho e, ao ser questionado pelo professor de Matemática sobre o resultado do gráfico em que 100% dele correspondia ao pronome relativo *que*, comentou: “*Olha só, professor: no nosso gráfico, a gente teve ele todo verde porque só encontramos o ‘que’.* Os

*outros não encontramos. Isso mostra que a nossa língua tá mudando sempre, né, professor? Porque a gente nem usa mais o ‘cujo’, na verdade eu nem sabia usar esse pronome”.*

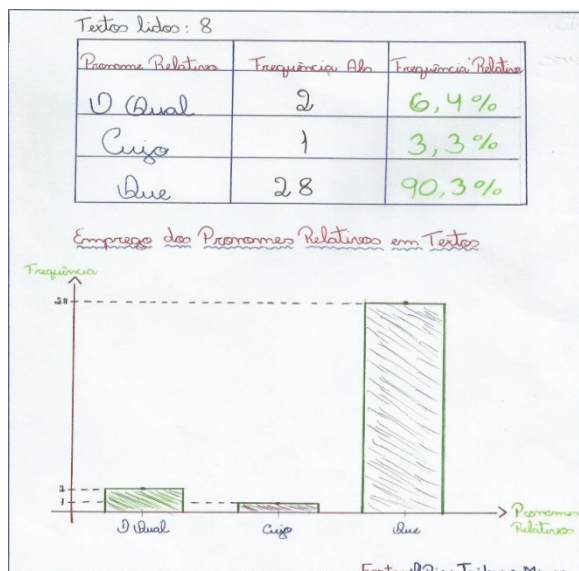


Figura 1: pesquisa realizada pelo grupo C, de alunos do nono ano, que analisou o uso dos pronomes relativos nos jornais O Dia e Tribuna de Minas.

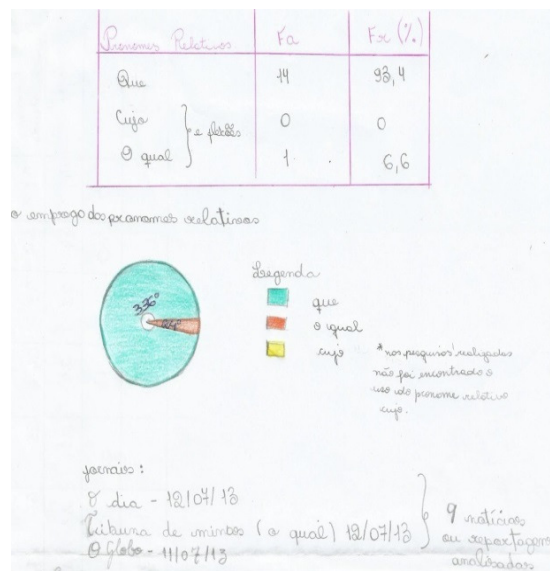


Figura 2: resultado da pesquisa realizada pelo grupo F que analisou o uso dos pronomes relativos nos jornais O Dia, Tribuna de Minas e O Globo.

conclusões da pesquisa, as habilidades próprias de gêneros orais, em que o monitoramento da linguagem deveria ser levado em conta como elemento importante de variedades linguísticas mais formais, constituindo-se uma significativa prática de letramento, com características mais monitoradas. Também foi possível desenvolver com os alunos estratégias de leitura de gêneros textuais com a ajuda de imagens – os gráficos – a fim de explorar sua competência leitora.

## Considerações finais

Acreditamos que experiências como essa e que reflexões que emanam a partir delas possam contribuir para uma prática fundamentada na pedagogia da variação linguística que valoriza os diferentes falares e as mais distintas formas de uso do português brasileiro. Ampliar o domínio de uso da língua materna levando em conta fatores sociais e usos reais é, para nós, um caminho que se delineia em direção a uma aprendizagem efetiva que pode reduzir as diferenças sociais e o preconceito linguístico, que surgem de pensamentos e de ideologias políticas discriminatórias.

E mais: possibilitar ao aluno que amplie o conhecimento e o uso de seu idioma por meio do reconhecimento e do uso efetivo das variedades linguísticas é fundamental para garantir seus direitos e um lugar na sociedade de que faz parte. O conhecimento e domínio de uma variedade linguística prestigiada só são possíveis quando uma proposta de ensino de língua, fundamentada na Sociolinguística Educacional, tenha seu lugar garantido no espaço escolar e, para isso, todos os que dele fazem parte devem contribuir para garantir esse direito ao aluno: o de ter competência de uso de seu próprio idioma.

### Referências bibliográficas;

BAGNO, Marcos. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto; Secretaria de Educação do Ensino Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa*, vol. 2. Brasília, 1997.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris, MACHADO, Veruska R. (Orgs). *Os doze trabalhos de Hércules – do oral para o escrito*. São Paulo: Parábola, 2013.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2004.

\_\_\_\_\_. *Nós chegamos na escola, e agora? – sociolinguística & educação*. São Paulo: Parábola, 2005.

COSERIU, E. *Teoria da linguagem e linguística geral: cinco estudos*. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: EDUSP, 1979.

CYRANKA, Lúcia F. M. *Dos dialetos populares à variedade culta: a Sociolinguística na escola*. Curitiba: Appris, 2011.

FARACO, Carlos Alberto. Por uma pedagogia da variação linguística. In: CORREA, Djane Antonucci. *A relevância social da linguística: linguagem, teoria e ensino*. São Paulo: Parábola; Ponta Grossa: UEPG, 2007.

\_\_\_\_\_. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.

ROJO, Roxane. *Letramentos múltiplos, escola e inclusão social*. São Paulo: Parábola, 2009.

POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas, SP: Mercado das Letras: Associação leitura do Brasil. 2002.



SOARES, Magda. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. 17. ed. São Paulo: Ática, 2000.

### **Educational Sociolinguistics: increasing competence in language usage**

**Abstract:** This work aims to demonstrate how Sociolinguistic and its presuppositions can enlarge the linguistic competence of students in process of comprehension and domain of language. One strategy is leading them to think about the use of language according to the most diversified social and interactional contexts and enable you to understand that the language is heterogeneous, undergoes variations and changes, processes that are also related to socio-cultural diversity. For this, an action research was conducted with ninth year students from a private school in Juiz de Fora, MG, who searched for the effects of linguistic change from the use of relative pronouns as the representative process of language variation in news and reports. In view of this, we observed that students have assimilated the concept of linguistic variation and realized from the activities carried out, the language is heterogeneous and changeable.

**Keywords:** Teaching. Educational Sociolinguistics. Variation. Linguistic change.

**Recebido em:** 09/10/2013.

**Aprovado em:** 12/12/2013.